



RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano de 2020



MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Índice

1. Introdução	3
2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida	7
2.1. Receita	7
2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita	7
2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)	8
2.2. Despesa	10
2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total	10
2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica	11
2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)	11
2.3. Grandes Opções do Plano	12
2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa	12
2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano	15
3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira	17
3.1. Análise do Balanço	17
3.1.1. Ativo	17
3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal	17
3.1.2. Passivo	17
3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos	17
3.2. Demonstração de Resultados	18
3.2.1. Gastos	18
3.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas	18
3.2.1.2. Provisões do Exercício	18
3.2.1.3. Gastos por juros e outros encargos	18
3.2.2. Rendimentos	19
3.2.2.1. Vendas e Prestação de Serviços e Concessões	19
3.2.2.2. Impostos e Taxas	19
3.2.2.3. Outros Rendimentos e Ganhos	19
4. Análise Financeira - Rácios	19
4.1. Evolução da dívida do Município	20
4.2. Indicadores de Gestão	20
4.2.1. Indicadores de natureza orçamental	20
4.2.2. Indicadores de natureza financeira	22
5. Proposta de aplicação de resultados	24

Índice de Gráficos

Figura 1 - Grau de Execução.....	7
Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica	9
Figura 3 – Grau de Execução	10
Figura 4 – Grau de Execução (Económica).....	11
Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica	12
Figura 6 – Grau de Execução Total Anual	16
Figura 7 – Capital em Dívida	20
Figura 8 – Receita Cobrada / Despesa Paga.....	21
Figura 9 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)	22

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita	8
Tabela 2 – Receita cobrada efetiva	8
Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica	9
Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital.....	10
Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas.....	11
Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano	16
Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental	20
Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira	22

1. Introdução

A reforma da contabilidade e contas públicas ocorreu perante uma necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas anterior (POCAL), visando colmatar um conjunto de debilidades daquele modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, veio alterar e reformular toda a gestão pública.

O novo modelo SNC-AP, que entrou em vigor para os 308 municípios portugueses em 2020, visa a promoção da harmonização contabilística, fomenta o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformiza procedimentos, aprimora a transparência das contas públicas e contribui para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. É com base neste modelo que se elabora o presente Relatório de Gestão em cumprimento das normas legais estabelecidas e em vigor para a atividade autárquica.

No cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, bem como os documentos de Prestações de Contas, a submeter à apreciação e votação do Órgão Deliberativo que exercerá o seu poder nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mesma Lei, nos prazos estabelecidos no n.º 2 do artigo 27.º do referido normativo legal, ou seja, até 30 de abril. Essa mesma obrigatoriedade encontra-se consagrada no artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

O Relatório de Gestão 2020 espelha o panorama global quanto aos meios humanos, situação financeira, patrimonial, orçamental e execução das Grandes Opções do Plano (GOP) de 2020, que inclui, ainda, a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR). Dos conteúdos objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos recursos humanos, à situação financeira, patrimonial de gestão, salientando a execução orçamental, através das informações disponibilizadas sobre a execução orçamental das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2020.

Com este Relatório pretende-se apresentar de uma forma clara e explícita, toda a dinâmica económica e financeira respeitante ao ano 2020, acrescentando-se os elementos contabilísticos relativos à execução dos anos anteriores, com vista a tornar ainda mais explícita a sua interpretação, enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal.

Com o enfoque na facilidade de interpretação e análise do documento, optou-se ainda, por dividir o mesmo por capítulos, fazendo observações quanto à política orçamental, bem como, quanto à

situação económica e financeira seguida, abrangendo a dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

Foram elaborados quadros e gráficos diversos, por forma a evidenciar os dados vertidos.

Perante a situação pandémica declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) devido à doença Covid-19, e em resposta aos impactos da mesma na população, foram aprovadas diversas medidas excecionais e temporárias para promover a eficaz e pronta resposta da autarquia aos efeitos nefastos da pandemia.

O impacto da pandemia na atividade municipal tem-se refletido em múltiplos domínios, nomeadamente no exercício de competências, na estrutura das despesas e receitas e na adaptação operacional dos serviços.

Os desafios que se colocaram em 2020 tiveram um impacto muito relevante, no que concerne à despesa e receita, refletindo-se naturalmente no resultado do exercício.

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo, assumiu um papel pró-ativo e relevante com a implementação de medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, concretamente, através da aprovação de diversos apoios financeiros e isenções, dos quais beneficiaram famílias, empresas e instituições, verificando-se um balanço positivo no que respeita às respostas económicas e sociais levadas a efeito no combate à COVID-19.

Assim, o Relatório de Gestão que se apresenta espelha as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Município no exercício económico de 2020, assim como a sua situação económica e financeira, que se refletiu coincidente com os impactos da pandemia.

O Executivo Municipal desenvolveu a sua atividade em torno das premissas e das prioridades lançadas no seu programa autárquico, parcialmente, pelo acima exposto, embora tenha continuado a apostar nas áreas sociais, educacionais e no desenvolvimento da economia local.

Apesar dos constrangimentos causados pela pandemia, concretizaram-se algumas obras em vários domínios:

- ✓ No domínio da **cultura**, concluíram-se as obras físicas do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo (cuja inauguração se prevê para breve), o Centro Interpretativo Ephraim Bueno, o Centro Interpretativo da Torre de Almofala e a respetiva requalificação, equipamentos emblemáticos e essenciais para a criação de um roteiro turístico no Concelho;
- ✓ No que respeita ao domínio **económico e empresarial**, iniciou-se a empreitada do Centro de Apoio e Acolhimento Empresarial sito na Área de Acolhimento Empresarial de Figueira de Castelo Rodrigo que também se encontra em fase de conclusão;

- ✓ Quanto ao domínio do **desporto e lazer**, terminou a empreitada de “Eficiência Energética nas Piscinas Municipais”, prevendo a conclusão, em 2021 da empreitada de requalificação das mesmas;
- ✓ No que respeita às **acessibilidades**, foram executadas e concluídas empreitadas relevantes, nomeadamente:
 - a empreitada de “Regeneração Urbana – Melhoria das Acessibilidades em Castelo Rodrigo;
 - A requalificação da estrada Freixeda do Torrão-Penha d’Águia;
 - A empreitada de “Regeneração Urbana: Pavimentação da Rua da Amoreira em Penha d’Águia”;
 - A requalificação urbana da Rua Porfírio Augusto Junqueiro, em Figueira de Castelo Rodrigo e
 - A requalificação das fontes nos Largos Serpa Pinto e Mateus de Castro, em Figueira de Castelo Rodrigo.

No domínio da ação social, tivemos uma intervenção fundamental, no que concerne ao combate à pandemia que absorveu, desde o mês de março e até ao final do ano de 2020, significativos recursos financeiros e humanos, disponibilizados aos munícipes e à economia local.

A componente social continua a representar uma fatia significativa do orçamento municipal, bem como, os diversos programas de âmbito social, como seja, o Seguro de Saúde Municipal – Figueira Saudável, o projeto da Cegonha Móbil e programa do Apoio ao Idoso.

A atividade cultural que o Município tem desenvolvido neste mandato, ficou particularmente condicionada devido aos sucessivos Estados de Emergência decretados, inviabilizando, deste modo, a realização das habituais atividades culturais, à exceção do evento “12 em Rede – Aldeias em Festa – ÊXODUS” iniciativa das Aldeias Históricas de Portugal, em parceria com o Município, os “Encontros com História” e os “Clássicos vão ao Interior” agendados para maio, e realizados, três dos Concertos em Novembro e dois em 2021. Também se realizou o “Entrudo Lagarteiro” em Vilar de Amargo, com o apoio logístico e parceria do Município.

Atenta a situação epidemiológica, não foi possível a realização da grande maioria das atividades habituais, nomeadamente, a “Recriação Histórica- Salgadela a Batalha”, a “Figueira Com Vida”, o Festival das Sopas e Migas e o Festival do Borrego da Marofa. No entanto, em momento anterior à declaração da pandemia, realizaram-se Festas da Amendoeira em Flor.

Em 2020, continuámos a proceder, no âmbito do empreendedorismo e do sector agricultura, ao processamento dos apoios concedidos no quadro do Regulamento “Figueira + Verde e Empreendo + Figueira”, sem esquecer os apoios já referidos concedidos no âmbito da COVID-19.

Verificou-se, ainda, um significativo investimento no reforço de soluções informáticas específicas, por forma a poder-se dar uma resposta cabal às atuais exigências, tanto em termos de segurança informática como de capacidade de resposta às exigências técnicas especializadas.

Pelo exposto, consideramos que, atentas as circunstâncias, a gestão orçamental, aqui refletida foi sendo ajustada às circunstâncias, nomeadamente, ao impacto provocado pela pandemia o que muito condicionou a execução do Orçamento inicial previsto e aprovado.

Não obstante todos os condicionalismos verificados no ano 2020, é nosso entendimento que, as contas do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, continuam equilibradas e sustentáveis, isto apesar de se apresentar resultados líquidos negativos, fruto do ajustamento associado às alterações do novo Sistema Normativo Contabilístico, nomeadamente, no cálculo das amortizações e reconhecimento de rendimentos associados às transferências de capital oriundas do Orçamento do Estado.

A pandemia associada à COVID – 19 terá ainda repercussões negativas, impossíveis de quantificar neste momento, nas demonstrações financeiras e no Orçamento de 2021. No entanto, perante este quadro de incerteza de que, eventualmente, resultará perda de receitas e aumento de despesas correntes, entendemos, contudo, que não porá em causa a execução dos projetos orçados para 2021.

2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida

2.1.Receita

2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita

O Município efetuou algumas alterações orçamentais ao longo do ano por forma de ajustar o orçamento em função das necessidades ocorridas na execução da despesa, tendo igualmente realizado alterações orçamentais na receita.

A execução orçamental da receita evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo registado um grau de execução na ordem dos 98% no final do ano.

A Figura 1 apresenta uma abordagem comparativa dos últimos 3 anos.

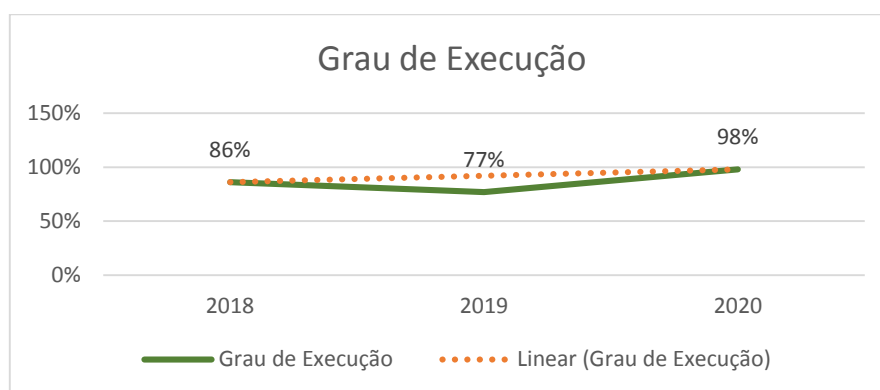


Figura 1 - Grau de Execução

Em 2020 constata-se uma oscilação positiva do rácio, que regista uma subida de 21 pontos percentuais comparativamente a 2019, fixando-se a execução nos 98%, registando-se, assim, um grau de execução bastante superior aos 85% definidos como valor de referência mínimo pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

A tabela seguinte apresenta a evolução percentual da execução dos capítulos para o período 2018-2020:

Rubricas	2020	2019	2018
01 – Impostos diretos	102,20	83,09	77,50
02 – Impostos indiretos	80,51	64,19	171,01
04 – Taxas, multas e outras penalidades	87,24	81,65	87,81
05 – Rendimentos da propriedade	99,72	75,39	98,41
06 – Transferências correntes	96,87	99,19	98,96
07 – Venda de bens e serviços correntes	56,80	55,21	66,90
08 – Outras receitas correntes	100,88	37,18	43,77
09 – Venda de bens de investimento	0,00	0,00	24,61
10 – Transferências de capital	144,34	53,43	61,25
11 – Ativos financeiros	0,00	0,00	8,32
12 – Passivos financeiros	99,99	47,74	72,29
13 – Outras Receitas de Capital	0,00	222,90	222,90
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	312,50	160,89	48,81

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita

2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)

Relativamente à receita efetivamente cobrada em termos absolutos, a mesma foi distribuída pelas rubricas orçamentais, segundo a tabela infra:

Rubricas	2020
01 – Impostos diretos	857.001,89
02 – Impostos indiretos	1.469,34
04 – Taxas, multas e outras penalidades	8.222,00
05 – Rendimentos da propriedade	410.514,55
06 – Transferências correntes	6.727.936,17
07 – Venda de bens e serviços correntes	401.481,91
08 – Outras receitas correntes	179.158,45
09 – Venda de bens de investimento	0,00
10 – Transferências de capital	1.727.485,86
11 – Ativos financeiros	0,00
12 – Passivos financeiros	265.127,25
13 – Outras Receitas de Capital	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	312,35
Total	10.578.709,77

Tabela 2 – Receita cobrada efetiva

Da análise da tabela podemos constatar que a rubrica 06 – Transferências correntes é aquela que mais contribui para o total da receita efetivamente cobrada, seguindo-se a rubrica 10 – Transferências de Capital, 01 – Impostos diretos, 05 – Rendimentos de Propriedade, e a 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes.

Por forma a realçar o contributo de cada uma das rubricas apresentadas elaborou-se o seguinte gráfico onde se discrimina o peso relativo de cada rubrica para a constituição da receita total.

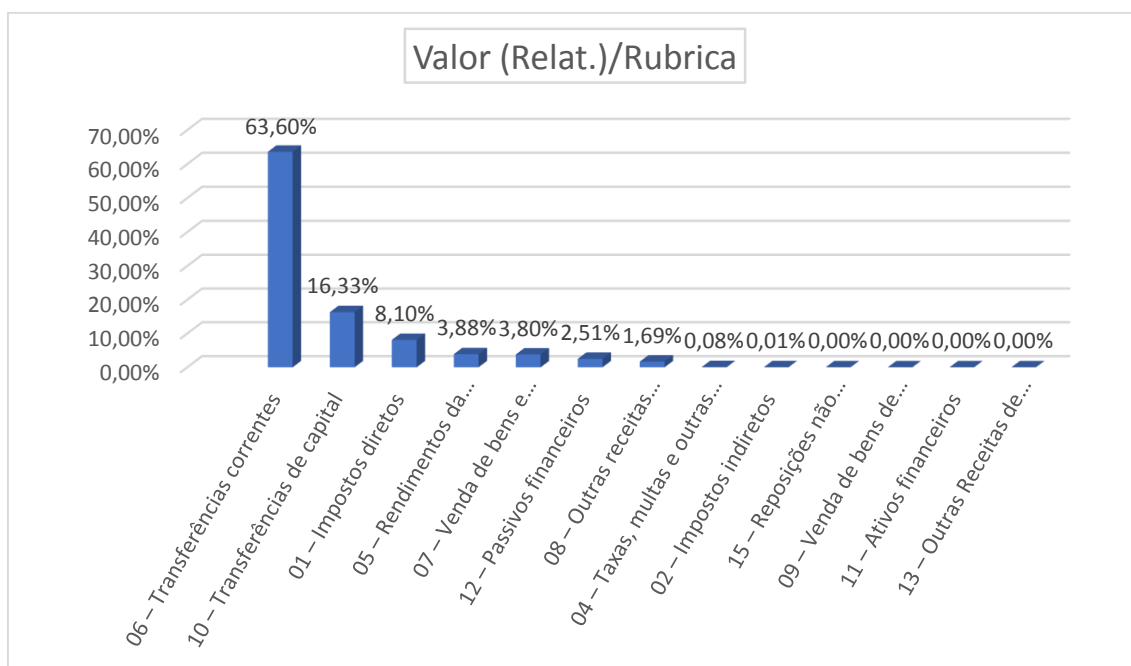


Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 2 espelha e reforça o que já se havia abordado na análise dos valores absolutos relativamente às rubricas com maior peso na formação da receita total. Refira-se ainda, numa perspetiva demonstrativa a importância das rubricas apresentadas na tabela seguinte que, considerando o seu valor acumulado correspondem a 98,22 % do total da receita cobrada.

Rubricas	2020
01 – Impostos diretos	8,10
05 – Rendimentos da propriedade	3,88
06 – Transferências correntes	63,60
07 – Vendas de bens e serviços correntes	3,80
10 – Transferências de capital	16,33
12 – Passivos financeiros	2,51
Total	98,22

Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica

Da análise da tabela constata-se que, as rubricas 06 – Transferências correntes e 10 – Transferências de capital, que englobam as transferências e subsídios obtidos merece especial destaque uma vez que representa 79,93% do total da receita arrecada. Nesse sentido considera-se

pertinente analisar as rubricas que a constituem percebendo-se assim a origem do valor e a evolução destes comparativamente aos períodos homólogos, conforme demonstra a seguinte tabela:

Rubricas	2020	2019	2018
Transferências do orçamento do Estado	7.814.113,00	7.256.465,05	6.854.030,03
Outros	150.734,46	234.673,14	233.368,88
Exterior (Fundos comunitários)	429.926,54	568.620,21	490.139,41

Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital

2.2.Despesa

2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total

Após análise geral ao orçamento da despesa para 2020 verificamos que, no final do ano foi atingido o valor de 77,45% de execução relativamente ao valor inicialmente orçamentado (apurado tendo por base as despesas de capital e correntes). Importa neste ponto efetuar uma análise ao nível de execução orçamental em comparação com os anos homólogos 2019 e 2018, utilizando para o efeito a figura seguinte:

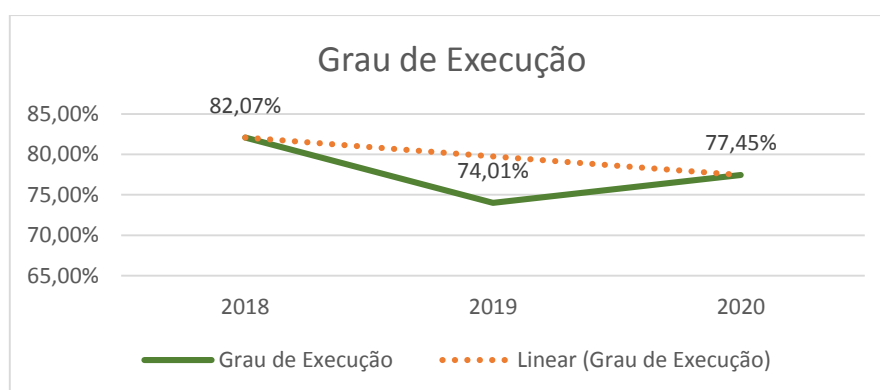


Figura 3 – Grau de Execução

Avaliando a figura supra constata-se que a execução orçamental da despesa nos últimos 3 anos apresenta uma oscilação de valores, registando em 2020 uma percentagem de execução 3% superior à verificada no ano de 2019.

Importa salientar que o valor de execução em 2020 de 74,01% evidencia a eficiência na execução do orçamento para o respetivo ano, como já anteriormente havia sido referido aquando da análise da execução orçamental da receita.

2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica

A figura seguinte apresenta o grau de execução orçamental por classificação económica, conforme demonstra a figura seguinte:

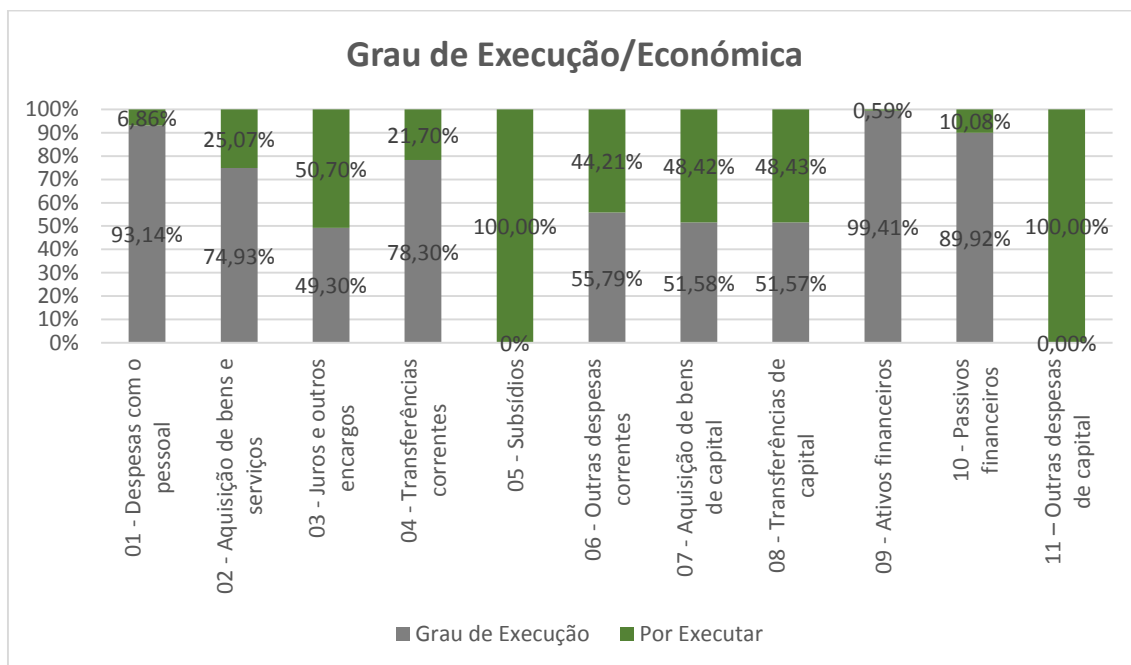


Figura 4 – Grau de Execução (Económica)

2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)

Relativamente à despesa efetivamente paga em termos absolutos, a mesma foi distribuída pela classificação económica, segundo a tabela infra:

Rubricas	2020
01 - Despesas com o pessoal	3.210.404,84
02 - Aquisição de bens e serviços	3.037.355,31
03 - Juros e outros encargos	34.061,28
04 - Transferências correntes	1.054.157,46
05 – Subsídios	0,00
06 - Outras despesas correntes	34.096,95
07 - Aquisição de bens de capital	1.219.571,72
08 - Transferências de capital	394.085,82
09 - Ativos financeiros	18.142,75
10 - Passivos financeiros	269.768,38
11 – Outras despesas de capital	0,00
Total	9.271.644,51

Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas

Da análise da tabela verifica-se que a rubrica 01 – Despesas com o pessoal é aquela que mais contribui para o nível de despesas pagas, seguindo-se a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços, rubrica 07 – Transferências de capital e a rubrica 04 – Transferências correntes. Para uma melhor visualização do peso de cada rubrica no total de despesas pagas apresentamos a seguinte figura:

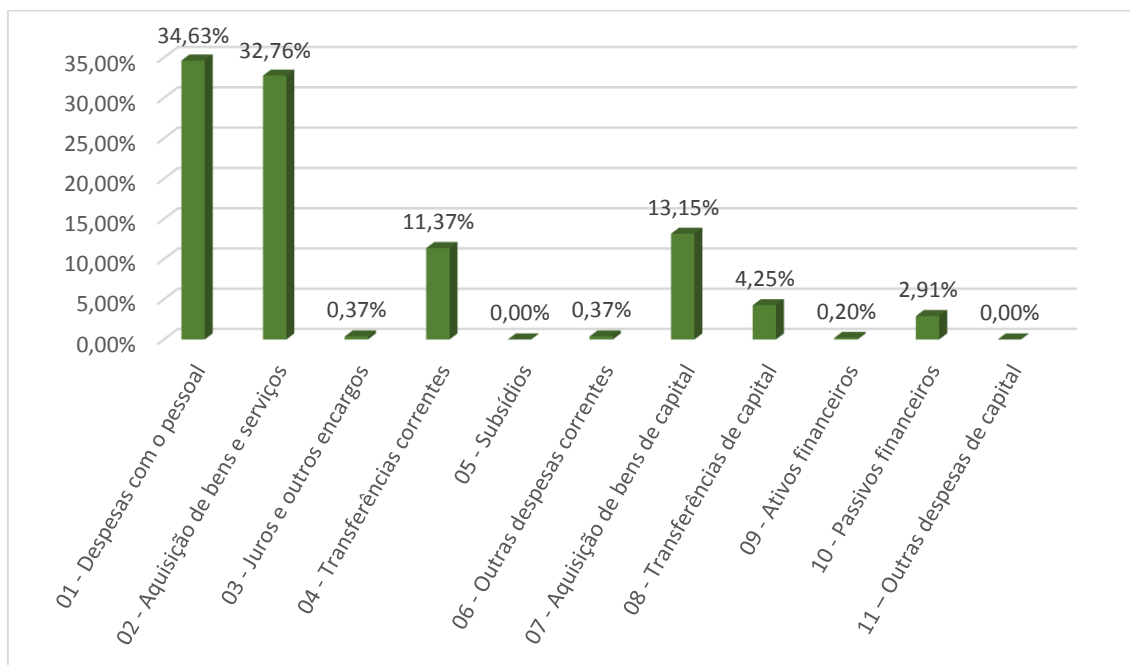


Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 5 evidencia explicitamente, o referido anteriormente em relação às rubricas que mais contribuem para o valor das despesas totais pagas pelo Município. Da análise da figura verificamos que as rubricas 01, 02, 07 e 04 correspondem a 91,91% do total da despesa paga, encontrando-se em sintonia com os anos transatos e que espelha o normal funcionamento do Município.

2.3. Grandes Opções do Plano

2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa

O Município ao longo do ano 2020 canalizou investimento para implementar e executar determinados Projetos associados a Programas específicos e enquadrados estes últimos em diversos Objetivos (Funções) inscritas nas Grandes Opções do Plano. Nesse sentido e de forma a espelhar a atividade do Município nesse âmbito, apresentam-se os seguintes gráficos, onde se procurou demonstrar numa primeira fase o investimento realizado por Objetivo em termos absolutos e relativos.

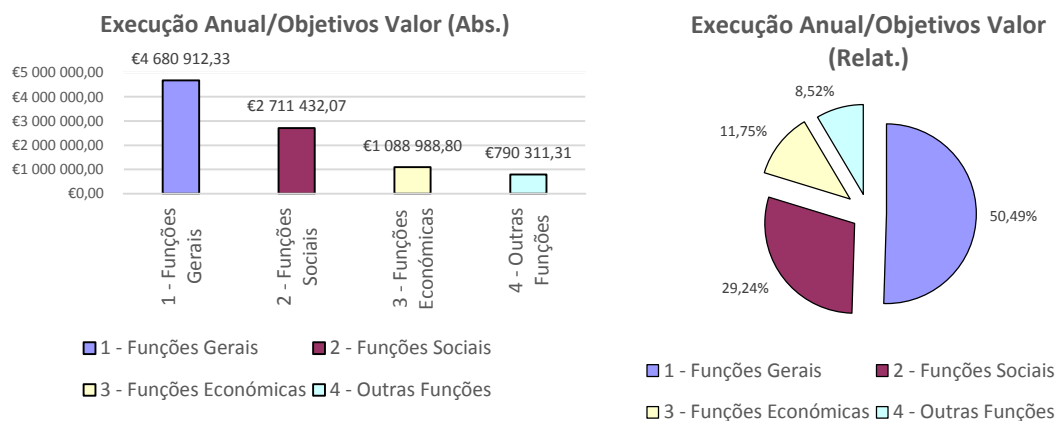


Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.)

Da análise das figuras supra verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para as *Funções Gerais e Funções Sociais* que absorvem cerca de 50% e 29%, respetivamente, do total do investimento.

Tendo em conta os valores apresentados, considerou-se pertinente explicar as quatro Funções constantes das Grandes Opções do Plano para 2020 (GOP 2020), analisando os Programas que lhes estão afetos, através da figura seguinte.

Montante Executado/Funções/Programa

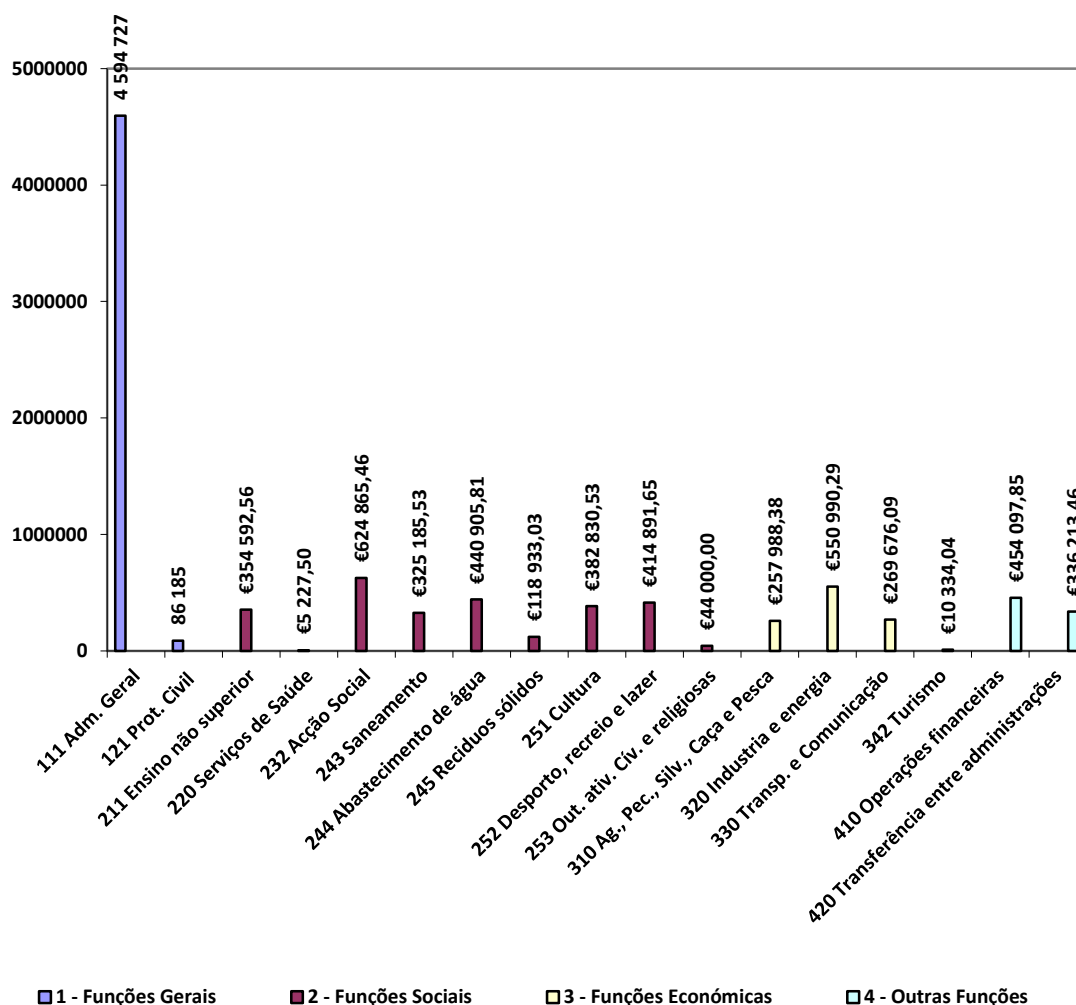


Figura 7 – Montante Executado/ Função / Programa

Observando a figura 7 constata-se de forma evidente que a maior concentração de investimento recai nos objetivos gerais 1 – *Funções Gerais* e 2 – *Funções Sociais* e distribuído pelos programas apresentados e que, no seu acumulado representam aproximadamente 79% do montante total executado nas GOP 2020.

Considerou-se ainda pertinente destacar os programas que apresentam um nível de investimento mais significativo. Desta forma, importa agora fazer referência ao tipo de investimento associado a esses programas justificando assim os valores apresentados.

Escrutinando o objetivo geral 1 – *Funções Gerais* deparamo-nos com o Programa com maior expressão 111 – *Administração Geral*, o valor aí inscrito corresponde às despesas com o pessoal, Aquisições de bens e serviços correntes, e Despesas de investimento.

Analisando o objetivo geral 2 – *Funções Sociais* verificamos que o programa 232 – *Acção Social* apresenta maior expressão que se pode justificar entre outros com os montantes gastos com o Cartão de Saúde Municipal, Programa Estou no Radar e Programas CEI e CEI+.

Importa ainda salientar os montantes afetos ao objetivo geral 3 – *Funções Económicas* nomeadamente aos programas 310 - *Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca*, 320 – *Indústria e Energia* e 330 – *Transportes e Comunicações* e que dizem respeito a valores destinados à Iluminação Pública, o Programa de Apoio Figueira + Verde e Empreende + Figueira, Programa de Medidas Extraordinárias de Apoio às Empresas COVID-19, Obras de Regeneração Urbana, entre outros.

2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Considerando que, o Grau de Execução mede, em percentagem, a relação entre o montante executado e o montante previsto no orçamento efetuado e, como tal, um indicador que apresenta algumas limitações na sua análise, sendo, contudo, importante no sentido de se perceber a eficiência e precisão no dimensionamento dos montantes inicialmente assumidos por comparação com o realmente executado. Nesse sentido achámos pertinente fazer uma abordagem ao mesmo utilizando para o efeito a tabela seguinte:

Objetivo/Funções	Programas	Grau Exec.
1 - Funções Gerais	111 - Administração Geral	83,92%
	121 - Proteção civil e luta contra incêndios	83,43%
2 - Funções Sociais	211 - Ensino não superior	76,17%
	220- Serviços de Saúde	47,09%
	232 - Acção Social	87,91%
	241 - Habitação	0,00%
	242 – Ordenamento do Território	0,00%
	243 - Saneamento	90,88%
	244 - Abastecimento de água	91,89%
	245 - Resíduos sólidos	87,13%
	246 – Prot. Meio Ambiente e Cons. Da Natureza	0,0%
	251 - Cultura Natureza	71,31%
	252 - Desporto, recreio e lazer	87,39%
	253 – Outras atividades cívicas e religiosas	81,78%
3 - Funções Económicas	310 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	53,29%
	320 - Indústria e energia	77,89%
	330 - Transportes e Comunicações	68,01%
	342 - Turismo	67,40%

4 - Outras Funções	410 - Operações financeiras	82,49%
	411 - Ativos financeiros	0,00%
	420 - Transferência entre administrações	85,31%

Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Torna-se claro, através de uma breve análise, que o grau de execução apresenta níveis elevados revelando para o efeito a capacidade de comprometimento assumido inicialmente aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Relativamente à execução total anual e em comparação com os anos de 2018 e 2019, apresentamos a figura seguinte, ilustrativa dos valores alcançados:

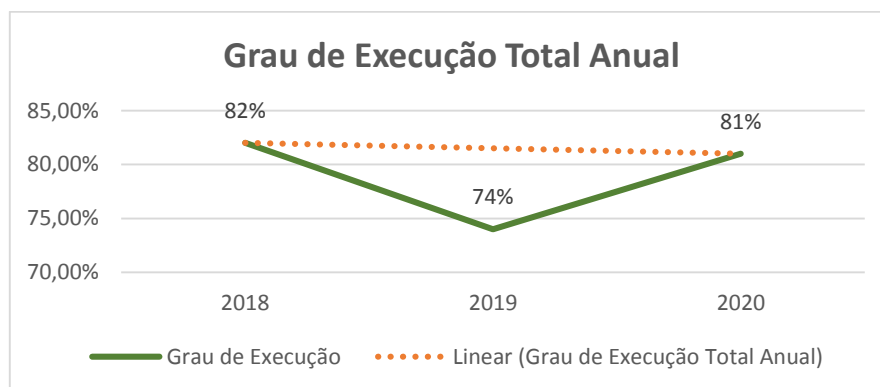


Figura 6 – Grau de Execução Total Anual

Comprova-se com a análise do gráfico apresentado aquilo que já foi referido anteriormente, evidenciando-se uma execução elevada tal como verificado no ano transato, ainda que ligeiramente superior, determinado por um bom dimensionamento dos documentos previsionais iniciais.

3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira

3.1. Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, refletindo, em 31 de dezembro de 2020, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados acontecimentos considerados pertinentes na sua análise.

3.1.1. Ativo

3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal

A conta 414 apresenta o saldo a débito de 326.569,50€ correspondente ao valor total do Fundo de Apoio Municipal.

A subscrição total do Município de Figueira de Castelo Rodrigo ascendia inicialmente a 507.999,32 €, tendo sido efetuada em 2018 um ajustamento em baixo do valor da subscrição no montante de 181.429,82€, por força da redução do capital social do Fundo nos termos da Lei do Orçamento de Estado de 2018. No final de 2020 manteve-se o montante subscrito de 326.569,50€.

Foi efetuado durante este ano a regularização do saldo remanescente no montante de 18.142,75€, perfeitamente identificado na conta de terceiros 2751 por contrapartida de resultados transitados, no âmbito dos procedimentos de transição SNC-AP.

De referir que a realização foi de 72.570,00€ por ano, em duas prestações anuais ocorridas em junho e dezembro, durante os anos de 2015 a 2017, sendo que em 2018 a realização foi de 54.431,25€ correspondente a duas prestações ocorridas em junho e dezembro, em 2019 a realização foi de 36.285,50€ correspondente a duas prestações ocorridas em junho e dezembro, correspondendo em 2020, o valor de 18.142,75€.

3.1.2. Passivo

3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos

No ano de 2020 não se registaram movimentos nas rubricas de provisões para riscos e encargos.

3.1.3. Capital Próprio

No que respeita o Capital Próprio e conforme descrito na nota 0 do Anexo e, estando diretamente relacionado com a adoção do novo normativo contabilístico, importa salientar o impacto desta adoção ao nível dos Ativos fixos tangíveis (redução), Rendimentos diferidos (redução), Resultados transitados (aumento) e outras variações no património líquido (aumento).

3.2.Demonstração de Resultados

No ano de 2020 após o apuramento de todos os custos e proveitos gerou um resultado líquido negativo de 327.350,93€, tendo o resultado alcançado no ano 2019 sido positivo de 734.493,06€. Esta variação pode ser explicada, nomeadamente, pela variação ocorrida na rubrica da Demonstração de Resultados de “Transferências e subsídios correntes obtidos”, que registou uma diminuição significativa em comparação com o período homólogo, contribuindo sobremaneira para os resultados alcançados no presente ano. De salientar ainda variações de algumas rubricas de custos e proveitos consideradas pertinentes abordar e que passamos a discriminar:

3.2.1. Gastos

3.2.1.1.Custo das Mercadorias Vendidas

O valor constante na conta 61 diz respeito maioritariamente ao registo de faturas de água e saneamento emitidas pela entidade Águas do Vale do Tejo, S.A.

De realçar que no ano de 2020 o Município continuou a utilizar o Sistema de Inventário Permanente.

3.2.1.2.Provisões do Exercício

Relativamente ao montante que constitui o saldo da conta de provisões do exercício – 6962 apenas de referir que foi efetuado um reforço de provisões de 13.676,34€ proveniente de dívidas da cobrança de água e saneamento há mais de 12 meses.

No que respeita aos processos judiciais em curso, não foram criadas provisões relacionadas com os mesmos, pois o Executivo entende que o risco de vir a ser condenado é na sua generalidade reduzido.

3.2.1.3.Gastos por juros e outros encargos

O valor da conta 69, significativamente inferior ao registado em 2019 apresentando uma variação absoluta de 57.874,22€ justificado por uma diminuição nas rubricas de juros.

3.2.1.4 Outros gastos

Esta rubrica, relativamente a 2019, apresenta uma redução substancial, a qual se explica na sua essência pela conjugação de dois fatores. O primeiro, e mais uma vez a alteração do normativo contabilístico, ou seja, as designadas transferências de capital para entidades terceiras, deixaram de ser relevadas nesta conta, passando a ser relevadas na conta 60 Transferências e subsídios concedidos, sendo que, em 2019 estas transferências totalizaram € 249.351. Por outro lado, também em 2019 a rubrica Festas e receções no

concelho apresentou um saldo de € 390.191, que facilmente se compreende, tendo em atenção a situação pandémica vivida em 2020, registou uma redução abrupta.

3.2.2. Rendimentos

3.2.2.1. Vendas e Prestação de Serviços e Concessões

Relativamente às vendas, esta rúbrica registou uma diminuição face ao ano anterior, motivada essencialmente pelo decréscimo ocorrido nas vendas de Água.

A variação das Prestações de Serviços e Concessões em 2020 acompanhou a evolução ocorrida nas vendas, tal como descrito anteriormente.

3.2.2.2. Impostos e Taxas

A conta 72 – Impostos e Taxas apresenta um valor inferior ao registado em período homólogo, apresentando uma variação absoluta de 140.380,43€ em relação ao ano anterior, contribuindo para a redução dos resultados.

3.2.2.3. Outros rendimentos e ganhos

O valor da conta 78 apresenta um valor superior ao verificado em 2019. Nesta rúbrica, há a destacar as rendas de concessão, bem como a imputação de subsídios e transferências para investimento.

3.2.2.4 Transferências e subsídios correntes obtidos

A principal explicação para a variação negativa com esta rubrica, está diretamente relacionada com a adoção do novo normativo contabilístico, pois em 2020 a receita relativa ao FEF Capital que ascendeu a € 705.816, deixou de ser reconhecida como rendimento do exercício, para passar a ser reconhecida, no Capital próprio, na rubrica Outras variações no património líquido

4. Análise Financeira - Rácios

Nos pontos seguintes iremos avaliar a evolução da dívida do Município e apresentar-se-ão alguns rácios para evidenciar a posição financeira em referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se uma comparação com períodos homólogos para uma melhor perceção da evolução seguida.

4.1. Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida registou uma tendência decrescente ao longo do último ano, derivado às amortizações normais efetuadas durante o ano 2020. Esta tendência pode ser perfeitamente visível e analisada na figura seguinte.

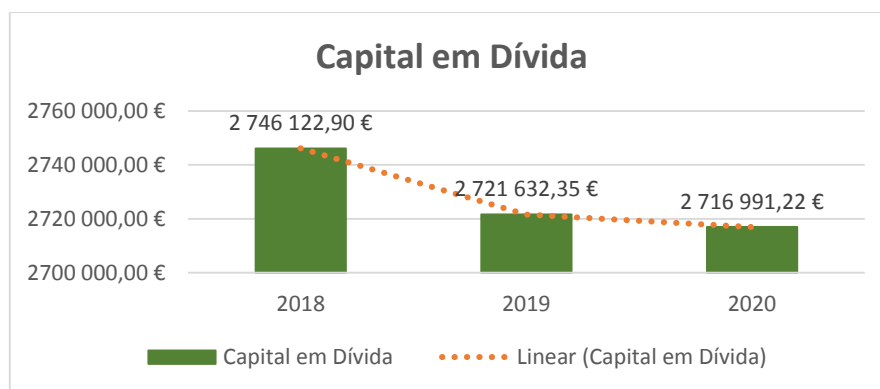


Figura 7 – Capital em Dívida

De referir que, o valor do Capital em Dívida em referência apenas engloba o correspondente às dívidas a instituições de crédito, não existindo nenhum contrato de Leasing em vigor.

4.2. Indicadores de Gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspeto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial. Nesse sentido irão ser apresentados vários indicadores considerados pertinentes acompanhados de explicação dos respetivos valores, apresentado sempre que o justifique tabelas e ilustrações.

4.2.1. Indicadores de natureza orçamental

Descrição	2019	2020
Cobertura das despesas pela receita	1,007	1,141
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	0,959	0,858
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	1,105	0,954
Peso da despesa total na receita total	0,993	0,876

Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental

Da análise dos indicadores apresentados nomeadamente os indicadores *Cobertura das despesas pela receita* e por inerência o indicador *Peso da despesa total na receita total* verifica-se uma ligeira variação positiva encurtando a diferença entre a despesa total e receita total, registando-se, a particularidade de que as receitas totais continuam a conseguir cobrir a totalidade das despesas.

Esta diferença poderá ser perfeitamente verificada através da visualização das figuras seguintes nas quais se pretende comparar, inicialmente e em valor absoluto, a receita total líquida cobrada e a despesa total paga, e em seguida comparar a receita e a despesa desagregada em corrente e capital.

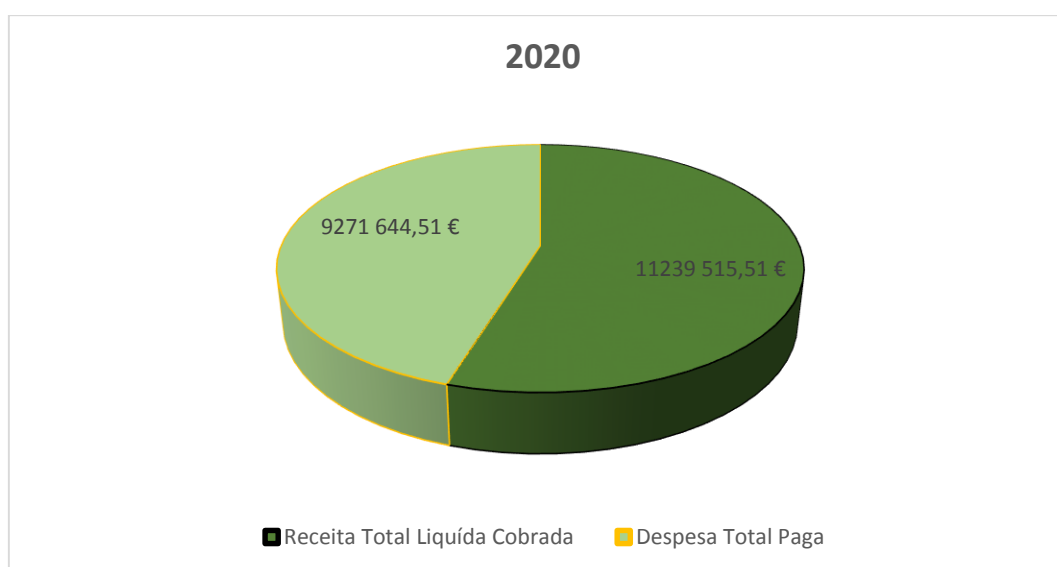


Figura 8 – Receita Cobrada / Despesa Paga

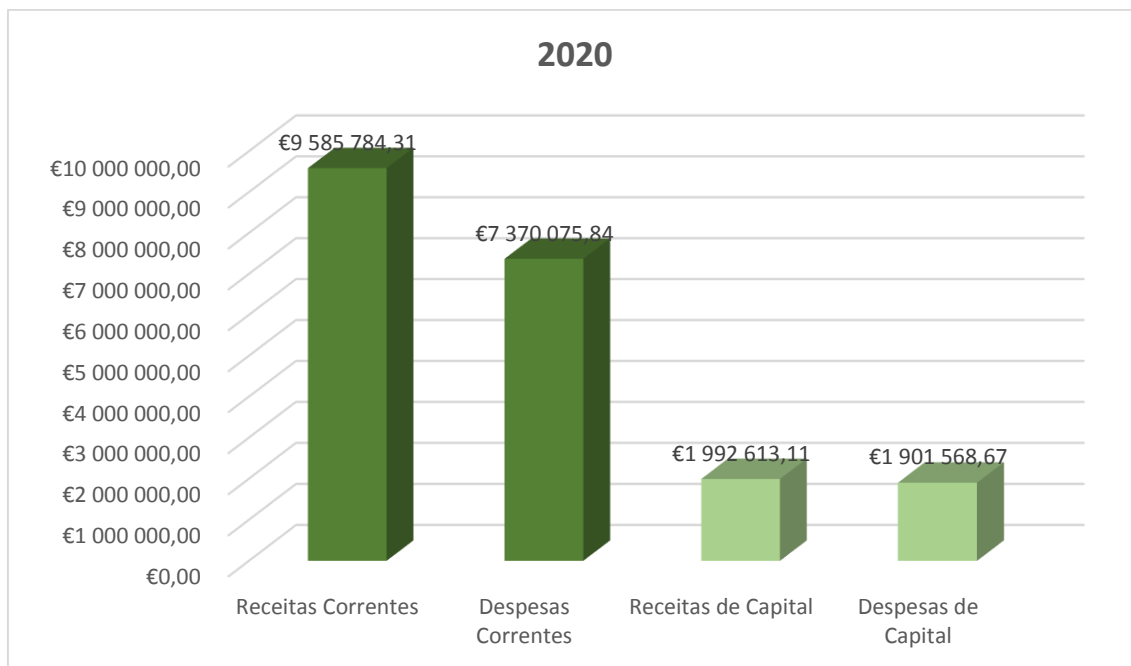


Figura 9 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)

4.2.2. Indicadores de natureza financeira

Descrição	2019	2020
Liquidez geral	0,960	1,765
Liquidez reduzida	0,884	1,765
Liquidez imediata	0,622	1,701
Solvabilidade	4,582	1,584

Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que apresentam variação em relação ao ano transato, fundamentalmente devido à ligeira diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo e ao substancial aumento das Disponibilidades.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser superior que 1 significa que o Fundo de Maneio é maior que zero, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros).

Refira-se ainda que este rácio deve oscilar entre 1,3 e 2, evidenciando-se que este rácio registou uma melhoria significativa em relação aos valores apresentados o ano transato.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida, este apresenta um valor elevado, e aquando da análise conjunta com o indicador de

liquidez geral e o facto de apresentarem um valor próximo comprova o reduzido impacto das existências no ativo do Município.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado.

5. Proposta de aplicação de resultados

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o resultado líquido apurado no exercício foi negativo no valor de 327.350,93€, pelo que a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Que o resultado líquido do exercício no valor negativo de 327.350,93€, seja transferido para a conta “59 – Resultados Transitados”.

Figueira de Castelo Rodrigo, 17 de junho de 2021

O Presidente da Câmara

(Paulo José Gomes Langrouva)